

**ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL COMPLEMENTARES DA
AGRICULTURA CAMPONESA NO RECORTE TERRITORIAL DE MINAS
NOVAS, CAPELINHA E CHAPADA DO NORTE - VALE DO
JEQUITINHONHA/MINAS GERAIS/ BRASIL¹**

Maria Aparecida dos Santos Tubaldini²

Resumo

Este artigo focaliza a pesquisa realizada no território do Alto Jequitinhonha, nos municípios de Minas Novas Chapada do Norte e Capelinha –Minas Gerais/Brasil. Os objetivos buscam discussões recentes de conformações sociais, culturais e econômicas resultantes de produções alternativas artesanais e tradicionais de agricultores familiares e territórios camponesas quilombolas que, por meios associativos de produção de alimentos buscam melhoria de qualidade de vida do agricultor camponês. O estudo possui como base teórica principal, os processos de Desenvolvimento Rural Local e territorialização do capital social, analisados por meio da interconexão com a Geografia Cultural, que têm levado ao entendimento de relações socioeconômicas, culturais e ambientais em espaços rurais de comunidades camponesas. A territorialidade camponesa é aqui considerada como uma componente geográfica chave para a compreensão das conexões existentes entre espaço e sociedade. As noções de território e de sustentabilidade englobam os aspectos ambientais, os fatores sociais, econômicos e culturais buscando qualidade de vida da população das comunidades rurais. Os resultados indicam a diversidade de produção agrícola, do campesinato afrodescendente e de agricultores familiares modernos com produção cafeeira.

¹ Este trabalho é resultado do projeto: mapeamento e análise das estratégias de reprodução social complementares da agricultura camponesa no recorte territorial de minas novas, capelinha e chapada do norte – vale do jequitinhonha/mg/br, desenvolvido terra & sociedade núcleo de estudos de geografia agrária agricultura familiar e cultura camponesa, e laboratório de geografia agrária, agricultura familiar do instituto de geociências – igc – da universidade federal de minas gerais, com o apoio financeiro da fundação de amparo à pesquisa do estado de minas gerais – fapemig.

² Professora Associada II – Doutora. Dep. Geografia/IGC-UFGM. Universidade Federal de Minas Gerais
E-mail: ubaldini1@uol.com.br

Presentado en el XIII Encuentro de Geógrafos de América Latina, 25 al 29 de Julio del 2011

Universidad de Costa Rica - Universidad Nacional, Costa Rica

Palavras-chave: Comunidade Rural, Agricultura Familiar, Comunidades Remanescentes de Quilombos, Vale do Jequitinhonha.

Introdução

Temos desenvolvido no Laboratório de Geografia Agrária e Agricultura Familiar/IGC-UFMG-Br. em conjunto com o grupo de pesquisa do CNPq - Terra & Sociedade estudos sobre o campesinato quilombola em território do Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais- Brasil, desde 2005. Estas pesquisas contemplam sob a base teórica principal dos processos de Desenvolvimento Rural Sustentável e territorialização do capital social, com interconexão da Geografia Cultural, chegar ao entendimento de relações socioeconômicas, culturais e ambientais em espaços rurais de comunidades camponesas.

A territorialidade camponesa é aqui considerada como uma componente geográfica chave para a compreensão das conexões existentes entre espaço e sociedade.

O Desenvolvimento Rural Local Sustentável é considerado por diferentes autores (SACHS, 2000; NAVARRO, 2001, ALMEIDA, 1998, VEIGA, 1994, LEADER, 2001), como um conceito em construção, que busca a compreensão dos processos em construção das comunidades por meio dos fatores sociais, econômicos, culturais e ambientais, buscando qualidade de vida das populações de comunidades rurais. Nessa concepção teórico-metodológica o território cultural e o capital social são concebidos por meio de algumas práticas do associativismo com base em processos de produção agrícola tradicional e de cultivos locais, vistos como patrimônio rural e capazes de inserir o camponês no mercado.

Esta pesquisa se justifica pela sua importância na compreensão dos processos sociais, culturais, políticos e econômicos pelos quais as comunidades rurais tradicionais do Vale do Jequitinhonha vêm se inserindo no contexto atual. Diante desse diagnóstico “das realidades” dessas comunidades buscou-se analisar algumas questões e questionamentos comuns aos “povos do vale”, e assim, apontar algumas ações adequadas à diversidade sociocultural e ecológica do Vale do Jequitinhonha.

Além disso, a pesquisa também buscou propiciar o levantamento de novas discussões teóricas, históricas e éticas na análise da agricultura familiar e dos

fragmentos da agricultura camponesa nesses territórios rurais, onde agricultores tradicionais e afrodescendentes têm cultura e manejos tradicionais diferenciados dos demais agricultores, bem como sua forma de inserção no mercado local. No contexto da análise do território, a identificação de áreas e potenciais de inserção e de interconexão destes segmentos e comunidades pode significar o diferencial de qualidade para o perfil das ações, dando suportes a diretrizes políticas para o desenvolvimento rural sustentável dentro desse território. Logo, a partir do momento em que esses fatores são reconhecidos, torna-se possível definir instrumentos sistematizados para o desenvolvimento de ações que assegurem a conservação das tradições culturais e do meio ambiente, além da melhoria da qualidade de vida dessas populações e a contenção do êxodo rural.

O objetivo geral dessa pesquisa parte do mapeamento sociocultural de comunidades tradicionais camponesas e camponesas quilombolas no recorte territorial de Minas Novas, Capelinha e Chapada do Norte no Vale do Jequitinhonha a partir da análise e da compreensão de suas estratégias de reprodução social, cultural e econômica. Os objetivos Específicos buscam

- analisar a capacidade de organização das associações camponesas na gestão de seus territórios, melhorando a qualidade de vida nas comunidades envolvidas e discutir em que medida os desdobramentos de novas práticas agrícolas – agroecológicas, por exemplo – e de produções alternativas configuram estratégias de reprodução social e permanência das famílias rurais no campo.
- Realizar o mapeamento sociocultural da população das comunidades afrodescendentes, destacando os elementos que contribuem na reafirmação da identidade desta população,
- Identificar, analisar e mapear os grupos familiares ligados às atividades alternativas de produção agrícola: apicultura; práticas tradicionais de artesanato (de esteatita, madeira, cerâmica, fibra, palha, tecidos, crochês, bordados, etc.); produção de alimentos e bebidas tradicionais, (ex. produtos de laticínio, doces, biscoitos, etc.); atividades domésticas associadas ao mundo rural; atividades vinculadas às dimensões religiosas, folclóricas, lúdicas e outras manifestações populares comunitárias;

Metodologia

A pesquisa se iniciou com o levantamento e releitura de material bibliográfico, com a respectiva alocação de pesquisadores para as análises temáticas de suas competências. Todos os temas abordados tiveram na questão quilombola o seu foco do estudo. Tais procedimentos metodológicos desdobram-se no campo, cujos espaços de análise são as comunidades, as unidades de produção familiar/ camponeses de agricultores dessas comunidades. O desenvolvimento do projeto parte da metodologia de ações LEADER (Ligações Para Ações de Desenvolvimento Rural), da Comunidade Econômica Européia para áreas economicamente deprimidas, reformatada para o estudo de produtos locais e agricultura familiar³, contribui para este estudo, através de premissas teóricas do desenvolvimento rural sustentável, com base local e territorial no potencial das pessoas, nos produtos tradicionais da agricultura e da pecuária e derivados através de processos tradicionais do saber-fazer, bem como das habilidades artesanais dos trabalhos femininos.

Buscando compreender a dinâmica socioespacial dessas comunidades afrodescendentes e suas interações com o espaço de vivência, parte-se de um aprofundamento nas discussões em torno do conceito de território, a partir do qual é possível compreender um pouco mais das dimensões políticas, econômicas, sociais, culturais e simbólicas desses grupos e seus processos territoriais por meio de conceitos como a territorialização, desterritorialização, reterritorialização, discutidos principalmente por Haesbaert (1997, 2001, 2002, 2004).

O território estudado abrange comunidades que possuem importância local e/ou se organizam em associações comunitárias como uma das formas de se reconhecerem identitariamente e territorialmente como quilombolas. Assim a definição das comunidades para a amostragem partiu, principalmente, do desempenho de tais comunidades enquanto uma associação quilombola, buscando-se realizar uma análise das comunidades participantes de associações quilombolas nos respectivos municípios, conforme pode ser observado na tabela abaixo (TAB. 1).

³ TUBALDINI, M. A. S. A cachaça artesanal de Ouro Preto (MG/Brasil) :Um estudo de caso de Desenvolvimento Rural e agricultura familiar. In: Congresso Latino- Americano de Sociologia Rural, 2006, Quito. La Cuestión Rural en América Latina: Exclusión y Resistencia Social Por un agro con soberanía, democracia y sustentabilidad. QUITO : ALASRU, 2006. p. 1-20.

Tabela 1: Relação de Comunidades Estudadas

Associações	Comunidade
Chapada do Norte	
Associação União Quilombola de Moça Santa	Moça Santa
	Córrego das Gamelas
	Córrego do Paiol
	Córrego do Galdino
	Cuba
	Misericórdia
Minas Novas	
Associação União Quilombola de Macuco	Macuco
	Pinheiro
	Mata Dois
Associação Quilombola de Quilombo	Quilombo
	Santiago
Capelinha	
	Santo Antônio do Fanado (Quilombola)
	Cisqueiro (Quilombola)
	Chapadinha
	Maracujá
	Palmital

No ano de 2009 foram realizados seis trabalhos de campo com a presença de duas equipes com um pesquisadores, discentes e bolsistas, que auxiliaram na pesquisa de campo.

Concomitante à coleta de dados, foram realizados registros cênicos e fotográficos, que permitiram criar uma memória de pessoas, lugares e fatos, que no momento da redação constituiu um material de memorização do campo, bem como, de documentação histórico-espacial dos problemas analisados e documentação do patrimônio histórico-cultural dessas comunidades.

A metodologia utilizada para a coleta de dados em campo partiu das técnicas que se aproximam da história oral, baseada no estímulo a experiência vivida de um determinado fato, acontecimento e/ou momento histórico, no qual um sujeito ou grupo encontra-se eventualmente envolvido, direta, ou indiretamente Assim, a coleta de dados nesta pesquisa foi realizada a partir de entrevistas semi-estruturadas e questionários seguindo os procedimentos da técnica da História Oral. Buscando seguir tais técnicas

foram elaboradas divisões temáticas específicas compostas de algumas questões chaves de cunho principalmente, qualitativo, e algumas questões quantitativas, assegurando um equilíbrio entre os dois aspectos. O total de entrevistas foi previamente estipulado de acordo com a quantidade de famílias das comunidades, procurando abranger 35% do total de famílias residentes. Após os trabalhos de campo e as respectivas coletas de dados, os questionários foram tabulados e organizados em um banco de dados com registros quantitativos em aplicativos que melhor atendem aos objetivos de análise e construções cartográficas. As fitas utilizadas nas entrevistas dirigidas e perguntas abertas foram transcritas para a organização das falas dos sujeitos/objetos da pesquisa e sua posterior inserção na redação da pesquisa.

Em seguida, os dados foram reorganizados em tabelas e organizados construindo assim, o material cartográfico necessário para a elaboração dos mapas temáticos, tabelas e gráficos para a representação gráfica dos grupos estudados, de acordo com parâmetros científicos interpretativos de dados.

A pesquisa das bases cartográficas da área estudada disponíveis nos acervos do IBGE, Geominas, IGA, e outros, foram utilizadas para dar suporte ao mapeamento dados em escala de município do PNADS, CENSO AGROPECUÁRIO, TABULAÇÕES ESPECIAIS DO IBGE, EMATER (para 1998, 2000, 2006)

REFERENCIAL TEÓRICO

O primeiro passo no desenvolvimento da pesquisa correspondeu à releitura do projeto inicial e o desenvolvimento da pesquisa bibliográfica acerca da temática desenvolvida, como o Desenvolvimento Rural Local Sustentável, as Teorias do Campesinato, os estudos acerca da agricultura familiar, a agroecologia, estudos de gênero, comunidades tradicionais, comunidades quilombolas, além da discussão em torno dos conceitos de Território e territorialização e desterritorialização.

Parte da metodologia advém das Ações LEADER (Ligações Para Ações de Desenvolvimento Rural), da Comunidade Econômica Européia para áreas economicamente deprimidas, reformatada para o estudo de produtos locais e agricultura

familiar⁴, contribui para este estudo, através de premissas teóricas do desenvolvimento rural sustentável, com base local e territorial no potencial das pessoas, nos produtos tradicionais da agricultura e da pecuária e derivados através de processos tradicionais do saber-fazer, bem como das habilidades artesanais dos trabalhos femininos.

A forma de inserir pessoas e comunidades no processo de desenvolvimento rural sustentável segundo o LEADER é através da *qualidade e das atividades tradicionais* como forma de valorização dos produtos artesanais e das populações que conhecem o saber-fazer e que não fazem parte das cadeias de produção industrializada. Dos produtos locais no recorte territorial estudado derivam doces, queijos e requeijões, artesanatos de couro, madeira e cerâmica, de teares originam mantas, cobertores, as cachaças e outros. A qualidade deriva do processo de produção natural e pouco ou nenhum agrotóxico cuja produção chega às feiras locais, cujos mecanismos de proteção local impedem a entrada do CEASA nestes municípios.

Tendo como foco de estudo as sociedades camponesas quilombolas, busca-se o aporte teórico da teoria da Economia Camponesa de Chayanov (1974), dos estudos de Mendras (1978), Wolf (1976) e Moura (1986) sobre o camponês e no aporte teórico acerca da agricultura familiar em Lamarch (1993) e Wanderly (1996). Considerando os parâmetros governamentais, entorno da agricultura familiar moderna e o entendimento dos atores sociais da pesquisa, há também uma análise em torno do Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar).

Para o entendimento das comunidades quilombolas utilizou-se estudos histórico-geográficos e antropológicos das comunidades remanescentes de quilombo no Brasil realizou-se a leitura de importantes estudos desenvolvidos por ANJOS (1999; 2009), CARRIL (1995), GUSMÃO (1995), AMARAL FILHO (s/d), ARRUTI (2006) e pelo CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO ELOY FERREIRA DA SILVA – CEDEFES (2009). Além disso, foram feitas consultas em órgãos oficiais como INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), FCP (Fundação Cultura Palmares), Programa Brasil Quilombola, para obter informações acerca do número e localização das comunidades remanescentes de quilombo no Brasil atual.

⁴ TUBALDINI, M. A. S. A cachaça artesanal de Ouro Preto (MG/Brasil) :Um estudo de caso de Desenvolvimento Rural e agricultura familiar. In: Congresso Latino- Americano de Sociologia Rural, 2006, Quito. La Cuestión Rural en América Latina: Exclusión y Resistencia Social Por un agro con soberanía, democracia y sustentabilidad. QUITO : ALASRU, 2006. p. 1-20.

Como se tratam de comunidades rurais com migração constante, o trabalho das mulheres é fundamental nesta pesquisa e para o estudo de gênero nas comunidades quilombolas foram feitas leituras acerca do papel da mulher no espaço rural e na agricultura familiar/camponesa a partir dos seguintes estudiosos: GOMES, GEHLEN e OLIVEIRA (2000); GRASSI e POSSAS (2006); HEREDIA e CINTRÃO (2006); PANZUTTI, (1996); BARBA (2002); SILIPRANDI (2005).

Para o entendimento do reconhecimento da luta das mulheres por seus direitos e os avanços por elas conseguidos foram feitas leituras acerca dos estudos sociológicos de PITANGUY e MIRANDA (2006); PITANGUY, BARSTED e MIRANDA (2006); PIOVESAN (2006). Os estudos sociológicos de Bourdieu (2000) complementam as leituras, com estudos sobre o papel da mulher na família.

Diante da importância dos aspectos culturais na análise das sociedades, buscou-se apoio nas bases teóricas da Geografia Cultural, a fim de se analisar geograficamente essa dimensão da realidade, tendo em vista que esta possibilita a interação entre os objetos empíricos e seus temas, como destaca Mikesell:

qualquer sinal da ação humana numa paisagem implica uma cultura, atrai a história e demanda uma interpretação ecológica; a história de um povo evoca sua instalação em uma paisagem, seus problemas ecológicos e seus concomitantes culturais; e o reconhecimento da cultura leva à descoberta dos traços deixados sobre a terra (MIKESELL, 1978, p. 4 *apud* CORRÊA, 2001, p. 19).

A busca de bases cartográficas e documentais foi uma etapa considerada fundamental para o trabalho de campo e para a construção de mapas temáticos.

Buscando compreender a dinâmica socioespacial dessas comunidades afrodescendentes e suas interações com o espaço de vivência, parte-se de um aprofundamento nas discussões em torno do conceito de território, a partir do qual é possível compreender um pouco mais das dimensões políticas, econômicas, sociais, culturais e simbólicas desses grupos e seus processos territoriais por meio de conceitos como a territorialização, desterritorialização, reterritorialização, discutidos principalmente por Haesbaert (1997, 2001, 2002, 2004).

Discussão dos resultados

As relações que se estabeleciam internamente nos quilombos e, ainda se estabelecem em suas comunidades remanescentes, são muitas vezes caracterizadas por formas particulares de convívio que em certa medida nos remetem ao universo da sociedade camponesa. São relações descritas por muitos estudiosos como relações de *reciprocidade*, nas quais há um certo grau de confiança interpessoal entre os habitantes do meio rural (CARRIL, 1995). Sendo assim, nos quilombos os negros ainda praticam trabalhos coletivos como os de “mutirão”⁵ e “trocas de serviço”⁶.

Outras características que os quilombolas também comungam com as sociedades camponesas são: forte dependência com a terra, conhecimentos guardados e passados durante gerações acerca dos segredos da natureza, dos manejos com a agricultura, os costumes e as tradições religiosas. Anjos (2009) destaca que “um dos componentes fundamentais presentes nos espaços das comunidades quilombolas é uma ou mais edificações com função comunitária”, por exemplo, uma casa de farinha, um galpão de artesanato, espaços de lazer como campo de futebol, Igrejas, dentre outros, assumindo um significativo papel na estruturação da geografia quilombola.

A terra em muitos casos era utilizada a partir de uma noção de uso comum, segundo a qual não havia uma divisão entre as famílias moradoras dos quilombos em propriedades individuais, diferentemente da noção de uso capitalista da terra. Para Gusmão (1995) esse sistema de uso comunal é a *base e organização de defesa* das comunidades perante a sociedade inclusiva. Assim, os habitantes dos quilombos “fundam leis que não encontram amparo jurídico na legislação brasileira, já que não é reconhecida a terra comunal” no país (CARRIL, 1995, p.42).

A organização territorial nas comunidades remanescentes de quilombo apresenta sob diferenciados modelos de ocupação do solo, ocupando regiões de topografia acidentada, como chapadas, serras, vales, locais fortemente marcados por um difícil acesso.

⁵ Trabalho realizado por grupos de camponeses em um determinado terreno de seu semelhante, no qual todos trabalham juntos sem receber alguma remuneração pelo trabalho.

⁶ Modalidade de trabalho em que camponeses trabalham uns para os outros sem receberem alguma remuneração em dinheiro, mas sim “pagando” as mesmas horas em serviço que seu semelhante realizou pra si.

Segundo Jesus (2007) entre o período que vai da década de 1920 a 1985, a agricultura camponesa do Vale, representante da maior parte de seus estabelecimentos, respondia por um índice de produtividade em vários produtos agrícolas (milho, feijão, algodão, mandioca) inferior ao do estado de Minas Gerais. Entretanto, já nos quinze anos que vão de 1970 a 1985, as taxas de crescimento da produção agrícola de alguns alimentos (milho, algodão, feijão) no Vale passaram a superar as taxas do estado, sugerindo uma melhoria nas condições de transporte da região, em razão das políticas públicas para este setor, o que possibilitou o acesso de alguns produtores rurais ao “*pacote tecnológico*” da Revolução Verde: sementes geneticamente modificadas, insumos químicos, agrotóxicos, maquinários, entre outros.

A produção de milho e feijão é tradicional nas comunidades estudadas, a qual além de compor a dieta alimentar das famílias camponesas, serve também para a alimentação animal e comercialização do excedente. Juntamente com a produção agrícola, os camponeses do Vale também criam bovinos, suínos e aves, representando uma importante fonte de proteínas para sua alimentação bem como de reserva de valor para os momentos de crise financeira.

Outros cultivos de destaque são a cana de açúcar e a mandioca, sendo a primeira utilizada na produção de bebidas, rapadura, melado, açúcar mascavo e no trato dos animais, e a mandioca na produção de farinha e polvilho, produzidos com técnicas e equipamentos tradicionais da cultura camponesa em “*tendas de farinha*”⁷. Quando não havia estas unidades de uso coletivo, os camponeses recorriam aos engenhos de posse dos agricultores mais abastados, e utilizavam o sistema de meação, terça, quarta, entre outros, como pagamento pelo aluguel das máquinas para o beneficiamento da cana e da mandioca.

Na tentativa de amenizar as dificuldades financeiras enfrentadas pelas famílias quilombolas e buscar uma alternativa viável para a migração sazonal, criou-se em algumas comunidade estudadas plantios “*roças*” comunitárias de mandioca. Situadas em um terrenos de aproximadamente quatro hectares arrendados na comunidade, estas roças contaram inicialmente com o trabalho de 12 pessoas. Nela plantaram nos primeiros anos mandioca e feijão carioquinha, sendo todos os trabalhos realizados

⁷ Segundo Jesus (2007) as *tendas de farinha* são galpões de beneficiamento coletivo da mandioca e da cana de açúcar.

conjuntamente pelos camponeses participantes da iniciativa. Do que os camponeses conseguiam produzir na roça, tirava-se uma parte para o consumo de suas famílias e o restante era beneficiado na Casa de Farinha da comunidade e comercializado com a prefeitura municipal de Minas Novas. Após a venda, reuniam-se todos os que trabalharam na roça e dividia igualmente entre eles o dinheiro arrecadado. Já o pagamento pelo arrendamento do terreno poderia ser pago em espécie ou em dinheiro, assim como fosse a preferência do arrendador.

A falta de água consiste em um dos maiores entraves à agricultura camponesa no território estudado, sendo assim, há a necessidade de construção de novas barraginhas próximas aos terrenos de plantio, bem como de cisternas para captação de água da chuva, alternativas simples, baratas e de grande impacto para estes agricultores. Já a atividade do artesanato ainda carece tanto de um calendário em consonância com as atividades dos camponeses nas lavouras e com a migração sazonal, quanto de um maior incentivo dos órgãos de governo para seu crescimento e desenvolvimento. Por fim, destaca-se a necessidade de mais projetos visando a preservação das matas o entorno das nascentes dos rios e córregos da região⁸, preservando, assim, uma importante fonte de água das comunidades quilombolas.

Já colocado por Jesus (2007), segundo a leitura de estudiosos do Vale como Moura (1980)⁹, Medeiros Silva (1986)¹⁰ e Amaral (1988)¹¹, a partir de sua “*integração*” à dinâmica do desenvolvimento capitalista nas décadas de 1960 e 1970, os camponeses do Vale passaram por um processo de expropriação, limitando as possibilidades de reprodução da família camponesa na terra bem como agravando a qualidade de vida dos mesmos. Somado a este processo de expropriação, ocorreu no Vale uma significativa alteração da sua estrutura fundiária, aumentando significativamente a concentração da terra em razão da instalação e expansão de lavouras monocultoras de café e projetos de “*reflorestamento*” de eucalipto, ambos incentivados pelo Estado. Dentre outros impactos resultantes da implantação da

⁸ Como tem sido feito pela EMATER-MG em Minas Novas, segundo foi informado por um de seus funcionários Geraldo Agostinho de Jesus.

⁹ MOURA, M.M. A reprodução do pequeno produtor no Vale do Jequitinhonha mineiro. Rio de Janeiro: EIA/FGV. 1980

¹⁰ MEDEIROS SILVA, Napoleão de. *Vale do Jequitinhonha: invasão de capital versus evasão de população*. In: Indicadores de conjuntura. Belo Horizonte. 1986.

¹¹ AMARAL, Leila. *Do Jequitinhonha aos canaviais: em busca do paraíso mineiro*. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG. 1988

monocultura do eucalipto e do café cabe destacar a “perda” das terras de chapada pelos camponeses para a solta do gado, retirada de lenha, coleta de plantas medicinais, dentre outros usos, gerando muitas vezes conflito com os “invasores”.

A migração sazonal nas comunidades quilombolas de Minas Novas e Chapada do Norte é um fenômeno que ocorre há décadas nestes espaços rurais. Inicialmente os locais de destino eram preferencialmente o interior de Minas, para a colheita de café, e de São Paulo, para o corte de cana. Porém, nos últimos anos, com a diminuição da oferta de trabalho nestes locais, os camponeses tem se deslocado para outros estados a procura de serviço, como Goiás, Bahia e Mato Grosso.

A mão de obra que migra para o corte de cana é predominantemente formada por homens jovens e adultos. Entre os adultos a maioria não chegou a completar o ensino médio, ou até mesmo o ensino fundamental. São homens, chefes de família, que encontram na migração a única fonte de renda para garantir o sustento da casa ao longo do ano

As desigualdades de gênero são sentidas de forma mais dramática no espaço rural. Neste meio, as carências em infra-estrutura e serviços de saneamento básico e saúde afetam todos os moradores, porém, em especial as mulheres, já que elas estão em contato mais direto com a casa, com os quintais e cuidando da saúde dos filhos. A ausência de abastecimento de água, por exemplo, causa uma sobrecarga no trabalho feminino no campo, já que são as mulheres as responsáveis, muitas vezes, pela busca de água para o abastecimento da casa, resultando no aumento de seu esforço físico e na perda de seu precioso tempo. Somado a isso, a precariedade na coleta do esgoto traz conseqüências negativas para a saúde das crianças, as quais quando debilitadas recorrem em primeiro lugar ao auxílio da mãe. Na agricultura camponesa as mulheres chegam a desempenhar até três ou mais jornadas de trabalho diário, cuidando dos afazeres da casa, do quintal, da roça, do trato dos animais, e, quando trabalham fora, ampliam ainda mais esta jornada. Porém, todos estes serviços são em grande parte considerados por elas como uma *extensão das tarefas domésticas*, não os reconhecendo como um *trabalho*, uma profissão.

Percebe-se que na agricultura familiar as funções são tradicionalmente divididas entre homens e mulheres, cabendo a elas o cuidado com a educação e com a saúde dos filhos, a limpeza da casa, os plantios do quintal e a alimentação dos animais de pequeno

porte, galinhas, porcos, peixes, entre outros, enquanto o homem realiza aqueles serviços que exigem mais força, a ocupação com a alimentação e saúde dos rebanhos, a construção de cercas, retirada de lenha, dentre outros. Esse modelo de divisão resulta num processo de exclusão das mulheres da possibilidade de desfrutar do valor social ou de exercer o poder social, o que faz com que seu trabalho seja visto como complementar, dando suporte ao masculino, exercendo uma condição marginal no processo produtivo (GOMES, GEHLEN e OLIVEIRA, 2000, p. 2; 5).

A importância do trabalho feminino no campo relaciona-se também à preservação dos conhecimentos tradicionais locais, os quais são, em grande parte, repassados de geração pra geração pelas mulheres. Destaca-se a importância do papel produtivo das mulheres na construção dos agroecossistemas, sendo elas as responsáveis pela preservação das sementes crioulas, pelo incentivo ao uso da adubação orgânica e controle biológico de pragas.

Conclusões

A partir das análises obtidas na presente pesquisa, constatou-se que o Território estudado assim como o Vale do Jequitinhonha em Minas Gerais, são caracterizados por uma rica sociobiodiversidade em seus territórios.

Os atores sociais da pesquisa, agricultores(as) são aqueles de fundamental importância para o manutenção dos saberes tradicionais camponeses, como o manejo com a terra, alimentos típicos da culinária de raízes afrodescendentes, a produção de artesanatos, a medicina popular, a percepção do clima, o conhecimentos a fauna e a flora, dentre outros conhecimentos explicitados ao longo do presente trabalho.

Por apresentarem muitas vezes um quadro socioeconômico marcado por pobreza e exclusão, há atualmente diversas ações governamentais que incluíram estas comunidades em uma pauta de políticas afirmativas. Assim,, algumas comunidades, além de serem incluídas em casos especiais, no plano de aplicação de programas como o Fome Zero e a Bolsa Família, os quilombos tornaram-se focos específicos no interior dos programas de educação, saúde e crédito agrícola, sendo contemplados em um programa de ação conjunta entre vários organismos do governo federal: o Programa Brasil Quilombola.

O trabalho sazonal tem sido o caminho mais procurado pelos agricultores camponeses para suprir suas necessidades financeiras, uma vez que a agricultura nestes espaços rurais não tem trazido tanto retorno quanto esperado por eles. Durante todo o tempo em que os camponeses estão migrando, permanecem nas comunidades apenas as mulheres em idade escolar, as crianças e os idosos. A alimentação da família é garantida pelas compras feitas nos pequenos mercados da comunidade e pela produção de cereais colhidos nas roças. Entretanto, para alguns homens, significa uma desterritorialização definitiva, vão e não voltam mais.

Diante do que foi exposto anteriormente sobre a relevância da mulher para a construção e organização do espaço rural, percebe-se o papel fundamental que ela pode desempenhar como pilar na promoção de um modelo de desenvolvimento sustentável no campo

Foi importante para a pesquisa a discussão de aportes teóricos para se identificar os recortes territoriais, abrangendo a diversidade de agricultores camponeses dos territórios estudados, através de seus perfis socioculturais e das bases associativistas construídas a partir da década de 1970, como forma de reagir ao avanço do grande capital e às atuais relações com o mercado – feiras locais como forma estratégica de mercado local. O capital social é considerado nesta pesquisa o maior ganho da população deste território estudado, em qualidade de vida obtido através de projetos sociais e do dinheiro externo da migração sazonal.

Bibliografia

AMARAL FILHO (s/d), AMARAL FILHO, Nemézio C. O Olhar Ocidentalizante sobre o Quilombo – Uma Provocação. *Identidades e Culturas*, Rio de Janeiro, ano 3, n. 7S/d.

AMARAL, Leila. Do Jequitinhonha aos canaviais: em busca do paraíso mineiro. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG. 1988

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. *Territórios das Comunidades Remanescentes de Quilombos no Brasil*: primeira configuração espacial. Brasília: Edição do Autor. 1999

_____. *Quilombos: Geografia Africana – Cartografia Étnica, Territórios Tradicionais*. Brasília: Mapas Editora & Consultoria. 2009

ARRUTI, José Maurício. *Mocambo: Antropologia e História do processo de formação quilombola*. Bauru: Edusc. 2006

BOURDIEU, Pierre, “*La dominación masculina*”. Barcelona, Anagrama, Colección Argumentos, 2000, 20-21, 115-117.

BARBA, Carmem Quintanilla. Las Mujeres Rurales Construyen su Futuro. In: Jornada Temática sobre Políticas de relevo generacional e incorporación de la mujer al mundo rural. Madri, 14 de novembro de 2002.

CHAYANOV, A. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Nueva Vision, 1974. 342p.

_____. *Chayanov y la teoría de la economía campesina*. [S.L.]: Siglo XXI. 1981.

GOMES, Cícera Maria dos Santos; GEHLEN, Vitória Régia Fernandes; OLIVEIRA, Hersília Monteiro Cadengue de. Trabalho feminino e participação sócio-política da mulher no semi-árido pernambucano. In: ENCONTRO NACIONAL DA ABEP, 12. e ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 12., 2000, Caxambu.

GUSMÃO, Neusa M. Mendes de. *Terra de Pretos; terra de mulheres: terra, mulher e raça num bairro rural negro*. Brasília: Ministério da Cultura, Fundação Cultural Palmares. 1995

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de; CINTRÃO, Rosângela Pezza. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. In: O Progresso das Mulheres no Brasil. Brasília: UNIFEM; FUNDAÇÃO FORD; CEPIA. 2006.

JESUS, G. A. de. Agricultura camponesa/familiar e ação do Estado (PRONAF) no Vale do Jequitinhonha-MG: *o caso de Minas Novas*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2007.

LAMARACHE, Hugues (Org). *A Agricultura Familiar: Comparação Internacional. Uma realidade Multiforme*. São Paulo: Editora da UNICAMP. 1993.

LEADER II – Ligação Entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural – Célula de animação na rede portuguesa. O desenvolvimento local em meio rural face ao desafio

MEDEIROS SILVA, Napoleão de. *Vale do Jequitinhonha: invasão de capital versus evasão de população*. In: Indicadores de conjuntura. Belo Horizonte. 1986.

MENDRAS, Henri. *Sociedades Camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1978.

MOURA, Margarida Maria. *Camponeses*. 2. Ed. São Paulo: Ática. 1988.

_____. *A reprodução do pequeno produtor no Vale do Jequitinhonha mineiro*. Rio de Janeiro: EIA/FGV. 1980

NAVARRO, Zander. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. *Revista de Estudos Avançados*, São Paulo, v.16, n.43, p. 83-100, 2001. NAVARRO, 2001,

PANZUTTI, Nilce da Penha Migueles. *Mulher Rural: eminência oculta*. In: *Informações Econômicas*, São Paulo, V.26, n.3, mar.1996.

PITANGUY, Jaqueline; MIRANDA, Dayse. *As mulheres e os direitos humanos*. In: *O Progresso das Mulheres no Brasil*. Brasília: UNIFEM; FUNDAÇÃO FORD; CEPIA. 2006. Disponível

_____; BARSTED, Leila Linhares, MIRANDA, Dayse. *Um instrumento de conhecimento e de atuação política*. In: *O Progresso das Mulheres no Brasil*. Brasília: UNIFEM; FUNDAÇÃO FORD; CEPIA. 2006

WOLF, Eric R. *Sociedades Camponesas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar. 1976

PIOVESAN, Flávia. *Direitos civis e políticos: a conquista da cidadania feminina*. In: *O Progresso das Mulheres no Brasil*. Brasília: UNIFEM; FUNDAÇÃO FORD; CEPIA. 2006